

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.279 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2001

## Senado acelera investigações sobre a violação do painel

O relatório da comissão de inquérito que apurou a violação do painel eletrônico de votação foi entregue ontem ao presidente do Senado, Jader Barbalho, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e à Corregedoria Geral da Casa. Hoje o conselho ouve a ex-diretora do Prodasen, que admitiu a quebra do sigilo, e a corregedoria toma o depoimento de um assessor que teria recebido a lista obtida com a violação do painel. Os dois órgãos decidiram acelerar as investigações.

PÁGINAS 3 E 4



Tebet, Saturnino e Tuma receberam de Carlos Wilson o relatório da comissão de inquérito, entregue pela manhã ao presidente do Senado, Jader Barbalho, na presença do vice-presidente, Edison Lobão



José Roberto Arruda: "Chega de leviandade. Cabe ao acusador o ônus da prova"

### Arruda afirma que não pediu lista de votação

José Roberto Arruda apresentou em Plenário declarações e fotos para mostrar que não esteve com a ex-diretora do Prodasen. Ela o acusa de ter pedido a lista de votação secreta.

PÁGINA 4



### Procurador denuncia lavagem de dinheiro em bingos da região Sul

A acusação é do procurador Celso Antonio Três. Também depôs a procuradora Raquel Branquinho, que denunciou irregularidades em bingos do Rio.

PÁGINA 6

### Projeto obriga plano de saúde a reparar mama em caso de câncer

Projeto foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado e encaminhado ao presidente da República, para sanção.

PÁGINA 7

### Assédio sexual poderá ser considerado ato criminoso

O Senado acolheu projeto da Câmara que tipifica como crime o uso de autoridade para obter favores sexuais.

PÁGINA 7

## Subcomissão para apurar acidente da P-36 será instalada hoje

Será realizada hoje, às 9 horas, a reunião de instalação da subcomissão temporária destinada a investigar o acidente ocorrido com a plataforma P-36 da Petrobras, na Bacia de Campos. Na ocasião, ocorrerá a eleição do presidente e do vice-presidente e a escolha do relator. Outra subcomissão, aprovada anteriormente, e que tinha como objetivo avaliar acidentes causadores de danos ao meio ambiente, foi desconstituída por sugestão do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), com voto contrário do senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

O acidente na plataforma da Petrobras ocorreu no dia 15 de março e causou a morte de 11 pessoas. No dia seguinte às explosões na P-36 o assunto foi tema de vários pronunciamentos no Senado, que enviou voto de pesar aos familiares das vítimas do acidente.

## Comissão de Orçamento examina contas do presidente

As contas do presidente da República referentes ao exercício financeiro de 1995 serão examinadas pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que tem reunião marcada para hoje, às 10h. O relator da matéria, deputado João Leão, apresentou parecer pela aprovação das contas. A reunião, que foi convocada pelo presidente da comissão, deputado Alberto Goldman, acontecerá na Câmara dos Deputados.

# Plenário volta a discutir ordem de tramitação de matérias

Proposta de iniciar pelo Senado a apreciação de projetos de interesse federativo tem segundo turno de discussão a partir de hoje

O Senado inicia hoje o segundo turno de discussão da proposta de emenda à Constituição que faz iniciar-se pela Casa, e não pela Câmara, a votação dos projetos que interfiram nas relações federativas. De autoria do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), a proposta foi aprovada por unanimidade em primeiro turno, devendo agora ser discutida em três sessões antes de ir novamente a deliberação.

Em defesa da emenda, Ornélas argumenta que a Constituição impõe o início da tramitação dos projetos pela Câmara porque os deputados representam a população. Por isso, ele entende que matérias capazes de interferir no equilíbrio federativo devem ter sua votação iniciada pela Casa voltada para a preservação da Federação, ou seja o Senado. No seu entender, isso é



Waldeck Ornélas quer precedência para o Senado na apreciação de assuntos federativos

o que explica também a paridade da representação dos estados brasileiros no Senado.

Na mesma sessão, o Plenário inicia o primeiro turno de discussão da proposta de emenda à Constituição do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que obriga a renúncia,

seis meses antes do pleito, dos governadores e prefeitos que desejarem concorrer à reeleição. Inicia-se também a discussão de projeto semelhante, do senador Nabor Júnior (PMDB-AC), que inclui nessa obrigação de renúncia o presidente da República.

## Diretores de CIEEs criticam mudança nas regras de estágio

Oito diretores de centros de integração empresa-escola (CIEEs) manifestaram ontem, em reunião realizada pela Comissão de Educação (CE), sua discordância em relação a projeto que altera as regras dos estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo. O projeto é do senador Ademir Andrade (PSB-PA) e está sendo relatado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES).

De acordo com os diretores, que representam os CIEEs do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Paraná, e o presidente nacional da entidade, a proposição, da forma como está, poderá colocar em risco a manutenção ou mesmo a criação de novas vagas de estágios para os estudantes.



Ricardo Santos no encontro com dirigentes dos CIEEs

Eles apresentaram diversas sugestões ao presidente da CE, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), que serão analisadas pelo relator. A matéria já suscitou diversos pedidos de vista e deverá constar da pauta da comissão assim que Camata apresentar seu voto.

De acordo com o autor, a proposta visa garantir o caráter educacional desse tipo de trabalho e estabelece, entre outras modifica-

ções, o direito de férias aos estagiários após 12 meses de trabalho.

### TV MANCHETE

A Comissão de Educação realiza, a partir das 9h de hoje, audiência pública para ouvir a opinião de jornalistas, sindicalistas, radialistas e demais re-

presentantes da categoria sobre a proposta de concessão da TV Ômega, que representa a atual Rede TV!, antiga TV Manchete. O projeto tramita na comissão e o assunto já motivou a aprovação de requerimento solicitando a presença do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, de diretores da Rede TV! e do procurador da República André de Carvalho Ramos para esclarecer suas posições sobre o tema.

## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2001

Presidente  
Senador Jader Barbalho

10h — Preside sessão ordinária — homenagem ao 41º aniversário de Brasília  
18h — Recebe Pierre Daurès, vice-presidente executivo do grupo Bouygues

### PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária  
Hora do Expediente: destinada a comemorar o aniversário de Brasília.

Pauta: PLC nº 38/97, cria o Parque Nacional de Saint-Hilarie/Lange; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 7/96, que acresce parágrafo 5º ao art. 64 da Constituição federal, com o seguinte teor: "Terá início pelo Senado a discussão e votação dos projetos que interfiram nas relações federativas"; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC 44/00, que altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal (dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e prefeitos, quando concorrerem à reeleição); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 45/00, que modifica o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal (dispõe sobre a obrigação de os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos, quando concorrerem à reeleição, renunciarem ao mandato seis meses antes do pleito); PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimentos nºs 20/01, do senador Roberto Requião, solicitando que o PR nº 57/00, de sua autoria, seja desamparado do PR nº 81/99, de forma a retomar sua tramitação própria; 129/01, do senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando que o PR nº 7/01 seja desamparado do PR nº 81/99, de forma a retomar sua tramitação própria; e 151/01, do senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 84, 153, 184, 325, 378, 426, 475, 489, 568 e 607, de 1999, e 94, 190 e 232, de 2000, por regulararem a mesma matéria.

### COMISSÕES

9h — Comissão de Educação  
Pauta: audiência pública para debater a proposta de concessão da TV Ômega, que representa a atual Rede TV, antiga TV Manchete. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

9h — Subcomissão temporária destinada a apurar o acidente ocorrido com a plataforma P-36 da Petrobras na Bacia de Campos  
Pauta: eleição do presidente e do vice-presidente. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

10h — CPI do Futebol  
Pauta: depoimento do denunciante da Federação de Minas Gerais, Otacílio Ferreira da Costa. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Pauta: apreciação das matérias remanescentes das pautas nºs 1 e 2, de 2001. Anexo Luiz Eduardo Magalhães — Ala "C" da Câmara dos Deputados

14h30 — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar  
Pauta: depoimento da ex-diretora da Prodasen Regina Célia Peres Borges. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

### PREVISÃO

#### PLENÁRIO

Sexta-feira  
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Comissão propõe aprimoramento do sistema de votação

Ao entregar ao presidente do Senado as conclusões da comissão de inquérito que constatou a violação do painel de votação, o primeiro-secretário Carlos Wilson apresenta sugestões para evitar que os problemas se repitam

## Jader quer esclarecer fatos com amplo direito de defesa

A Mesa diretora não deve se pronunciar sobre o assunto enquanto as responsabilidades pela violação do sistema de votação não forem apuradas com clareza e precisão pelos órgãos competentes, afirmou ontem o presidente do Senado, Jader Barbalho.

Para ele, nem a entrega do relatório final da comissão de inquérito que investigou a questão – entregue à Presidência da Casa, ao Conselho de Ética e à Corregedoria Geral – permite à Mesa adotar procedimento diferente. Jader defendeu a completa apuração do caso, respeitado “um contraditório tranqüilo e amplo direito de defesa tanto para os parlamentares citados como para os servidores envolvidos”.

– Não desejo, como presidente do Senado, estabelecer qualquer tipo de condenação prévia, em relação aos funcionários ou aos senadores envolvidos. A esta altura, o assunto se desloca para onde deve ser julgado, que é o Conselho de Ética da Casa – argumentou.

Jader Barbalho admitiu que “há uma acusação pesada em relação ao decoro parlamentar” e manifes-

tou a esperança de que “o Senado possa deixar bem claro junto à opinião pública tudo o que se passou”.

Com relação à proposta de criação da CPI da Corrupção, Jader observou que “já começou um debate em torno da natureza dessa comissão”. Ele descartou a possibilidade de retirada de assinaturas no Senado, que já atingiu o número necessário para sua instalação. Mas observou que, sendo mista, sua viabilidade ainda depende da obtenção do número mínimo de assinaturas na Câmara, exigido pelo Regimento do Congresso.

Ele acrescentou que caberá às lideranças decidir se a CPI será mista ou só do Senado. Ou seja, “se o requerimento é destinado somente ao Senado ou se é destinado a uma apreciação do Congresso Nacional”, explicou.

Quanto à sua permanência como presidente do PMDB, Jader revelou que deve haver hoje reunião da Executiva Nacional do partido. A questão, observou o senador, “foi apontada como uma decisão coletiva, não individual”. Ele adiantou, no entanto, que há muito tempo vem admitindo deixar o cargo.

## Servidores e ex-diretora do Prodasen serão acareados

O corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), afirmou em entrevista que pretende fazer uma acareação entre a ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), Regina Borges, e outros funcionários



Segundo o corregedor-geral Tuma, cabe ao Conselho de Ética acarear senadores

são de inquérito que entregou ao funcionário Domingos Lamoglia Dias a lista com os votos da sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão.

Romeu Tuma disse que não irá promover, na corregedoria, acareação de funcionários com os senadores Antonio

Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. “Se for o caso, e se for aprovado requerimento com essa finalidade, isso seria uma atribuição do Conselho de Ética”, disse. Ele explicou que vem trabalhando nas denúncias sobre o painel para auxiliar o Conselho de Ética. Na qualidade de corregedor, o senador paulista tem assento no conselho.

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu na manhã de ontem do senador Carlos Wilson (PPS-PE), primeiro-secretário da Mesa diretora, o relatório final da comissão de inquérito criada para averiguar denúncias de violação do painel de votação do Plenário e do sigilo da votação secreta que determinou a cassação do mandato do então senador Luiz Estevão. A comissão confirmou a vulnerabilidade do painel e a violação do sigilo da votação realizada em 28 de junho de 2000.

Apoiado nas conclusões da comissão, presidida pelo servidor Dirceu Teixeira de Matos, Wilson apresentou um conjunto com seis recomendações para corrigir os problemas detectados. O primeiro-secretário confirmou que os depoimentos colhidos citam dois senadores como responsáveis pelo pedido de impugnação da lista com os votos dados na sessão que cassou Luiz Estevão.

A primeira sugestão é que se reavalie a necessidade de o Legislativo promover votações secretas. Também recomendou-se: a revisão das rotinas administrativas do Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), sobretudo a terceirização de serviços; a realização de auditoria na gestão dos contratos do Prodasen com as empresas Kopp, que implantou o painel, e Panavideo, que faz a manutenção do sistema; a abertura de processo administrativo disciplinar para apurar as responsabilidades dos servidores que participaram da violação do sistema; o encaminhamento de cópias dos relatórios para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e para a Corregedoria Geral da Casa; e a revisão do sistema de votação eletrônica. Nesse sentido, foram incorporadas ao relatório oito sugestões dos peritos da Unicamp para aprimorar o sistema (veja ao lado).

Logo após a entrega do relatório a Jader Barbalho, que estava acompanhado do vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), Wilson reuniu-se com os senadores Ramez



Entre as recomendações entregues por Carlos Wilson a Jader, está a reavaliação da necessidade de votações secretas no Legislativo

Tebet (PMDB-MS) e Romeu Tuma (PFL-SP), respectivamente presidente do Conselho de Ética e corregedor-geral do Senado, para entregar cópias completas dos relatórios e dos 27 depoimentos colhidos. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), relator do caso no Conselho de Ética, também acompanhou o encontro.

Tebet e Tuma informaram que darão andamento acelerado aos trabalhos para esclarecer a eventual participação dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF) no episódio, já que seus nomes apareceram no depoimento de Regina Célia

Peres Borges, ex-diretora do Prodasen. Eles admitem a possibilidade de fazer acareações. Enfatizaram, ainda, a importância de oferecer amplo direito de defesa a todos os envolvidos no episódio.

Com a entrega do relatório, o trabalho da comissão de inquérito que investigou a violação do painel foi oficialmente encerrado. A Primeira Secretaria da Mesa criou uma comissão disciplinar para ouvir os servidores e determinar responsabilidades e punições, enquanto a eventual participação de parlamentares será apurada pelo Conselho de Ética e pela Corregedoria Geral.

### Recomendações dos peritos da Unicamp

- Aperfeiçoamento do sistema de atribuição de senhas aos senadores
- Adoção do sistema de níveis de responsabilidade dos usuários
- Mudança na guarda temporária dos votos em aberto
- Eliminação de facilidades atualmente disponíveis para os operadores
  - Redução ao máximo da necessidade de interferência dos operadores
  - Separação dos ambientes de operação e de desenvolvimento/manutenção
  - Melhor controle do acesso físico à sala de operação
  - Eliminação das facilidades de acesso físico a conexões e cabos

## Carlos Wilson instaura processo disciplinar

O primeiro-secretário do Senado, senador Carlos Wilson, baixou portaria autorizando a instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a participação de funcionários na violação do sigilo da votação secreta que cassou o mandato do en-

tão senador Luiz Estevão.

Responderão ao processo os servidores do Prodasen Regina Célia Peres Borges, Ivar Alves Ferreira, Hermilo Gomes da Nóbrega e Heitor Ledur e Domingos Lamoglia de Sales Dias, cedido ao Senado pela Companhia Energética de Brasília (CEB).

Carlos Wilson designou os servidores do Senado Paula Cunha Canto de Miranda, Mário Lúcio Lacerda de Medeiros e Andréa Isaac Freire para integrarem a comissão responsável pela condução do processo administrativo. A comissão será presidida por Paula Cunha.

# Arruda garante que não pediu lista de votação

Senador apresenta, em Plenário, declarações e fotos para demonstrar que não esteve com a ex-diretora do Prodasen na noite de 27 de junho do ano passado, véspera da cassação do mandato de Luiz Estevão

Para desmentir afirmações da ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) Regina Borges, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) apresentou ontem, em Plenário, declarações e fotos que, segundo ele, provam que não houve um encontro entre os dois na residência dele, na noite de 27 de junho do ano passado, para tratar da violação do painel eletrônico do Plenário durante a votação da cassação do senador Luiz Estevão.

Arruda disse ter reconstituído, a partir da agenda de compromissos que mantém em seu computador, todos os passos dados por ele no dia e na noite de 27 de junho do ano passado. O senador recolheu

declarações das pessoas com quem esteve desde o final da tarde até cerca de 1h do dia seguinte. Ele também apresentou fotos tiradas em dois eventos naquela noite, nas quais aparece vestido com o mesmo terno e a mesma gravata. Arruda explicou que esteve entre 18h e 19h numa reunião com funcionários demitidos da Novacap e, em seguida, na posse do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Fernando Neves. Os senadores Pedro Piva (PSDB-SP) e Bernardo Cabral (PFL-AM) confirmaram a presença de Arruda na posse do ministro Fernando Neves.

Com outra declaração, Arruda demonstrou que, logo após a solenidade de posse no TSE, por volta das 22h, jantou em um restaurante com o jornalista Ricardo Noblat até

cerca de 1h da madrugada do dia seguinte.

— Graças a Deus consegui reconstituir tudo o que fiz no dia 27 de junho e recolher essas declarações e fotos. Se tivesse ido para casa, vestido o pijama e assistido TV; se não tivessem ocorrido esses fatos, eu seria culpado? Está na hora de dar um basta. Chega de levandade. Vamos fazer valer o direito básico de que cabe ao acusador o ônus da prova — disse. Reafirmando que nunca recebeu



“Agora precisamos retomar as votações de projetos importantes para o país e estabelecer uma agenda positiva”

ordem, pedido ou orientação do então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), no sentido de procurar meios junto à ex-diretora do Prodasen para violar o painel de votação, Arruda

exigiu que tudo seja profundamente investigado. Ele manifestou a sua estranheza em relação ao depoimento de Regina, que, mesmo afirmando ter recebido o pedido do próprio senador, disse ter entregue a lista contendo os votos secretos a um de seus assessores. Arruda também estranhou que a comissão de inquérito não tenha estabelecido o contraditório entre ela e esse assessor.

— Graças a Deus consegui mostrar que as acusações contra mim eram inverídicas. Agora precisamos retomar as votações de projetos importantes para o país e estabelecer uma agenda positiva. Esse tipo de ocorrência não destrói apenas as reputações pessoais, mas a reputação desta instituição — concluiu Arruda.

## Explicações repercutem no Senado

Vários senadores apartearam o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) para prestar solidariedade e dizer que se sentiam satisfeitos com as explicações apresentadas por ele. Arruda rebateu as acusações de que teria sido a pedido dele que a ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) Regina Borges providenciara a violação do painel eletrônico de votação no dia da cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), também envolvido no caso pela ex-diretora do Prodasen, disse que pretende tratar desse assunto nos “órgãos competentes”. Para ele, Arruda apresentou provas que atestam a falsidade das declarações dadas por Regina Borges à comissão de inquérito e lembrou que ela também afirma jamais ter tratado desse assunto com ele. “Fica claro que não sei por que o painel foi violado e por quem. Continuo a desafiar qualquer pessoa a provar que eu tenha tratado disso com a dra. Regina”, afirmou.

Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Pedro Piva (PSDB-SP) confirmaram ter encontrado Arruda na solenidade de posse do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Fernando Neves. Cabral disse que é “rigorosamente verdadeira” a versão de Arruda e lamentou que haja no Brasil a inversão do ônus da prova. Piva lembrou ter apresentado a

do TSE, seu único primo-irmão.

Ressaltando a preocupação de todos os senadores com a descoberta da verdade sobre o caso, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que acabara de falar ao telefone com Regina Borges e transmitiu a Arruda o que acabara de ouvir. Segundo ele, Regina jurou pela felicidade dos próprios filhos ser verdade tudo o que consta em seu depoimento.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que a verdade vai prevalecer e se deu por satisfeito com as explicações de Arruda. Roberto Requião (PMDB-PR) considerou que

çados a fazer o que Arruda estava fazendo e lembrou que Duque de Caxias foi obrigado a apresentar na tribuna do Senado a sua declaração de bens por causa de denúncias.

Para o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), Arruda demonstrou ser um homem de muita fé “e é exatamente essa fé que leva à necessidade de aprofundar as investigações que vão definir as responsabilidades”. Osmar Dias (PSDB-PR) entendeu que houve precipitação da comissão de inquérito ao encerrar os trabalhos sem estabelecer o contraditório e ouvir as outras partes en-



Antonio Carlos nega qualquer pedido para acesso a lista



Bernardo Cabral disse que esteve com Arruda na posse de ministro



Pedro Piva lembrou ter apresentado seu primo-irmão a Arruda

Arruda se defendeu com brilho e consistência, mas fez um alerta. “Não podemos admitir que os funcionários tenham sido os exclusivos responsáveis pela violação do painel e que isso fique sem uma apuração profunda do processo.” Geraldo Melo (PSDB-RN) disse esperar que a manifestação de Arruda esclareça todas as dúvidas e marque o início de um novo momento no Senado. Hugo Napoleão (PFL-PI) observou que os homens públicos, às vezes, são for-

volvidas a partir do depoimento de Regina Borges. Sérgio Machado (PSDB-CE) ressaltou o sentimento de indignação com que Arruda expôs seus argumentos e cobrou a apuração da verdade.

Já Marluce Pinto (PMDB-RR) pediu o “fim das intrigas no Senado”. Ela lembrou que o ex-senador Ronaldo Aragão lhe contou que foi na noite em que sua filha lhe perguntou se ele era um ladrão que ele teve um enfarte.

## Jader determina que a Corregedoria investigue tudo

Após ouvir as explicações do senador José Roberto Arruda negando qualquer participação na violação do painel eletrônico na votação que cassou o mandato do então senador Luiz Estevão, o presidente do Senado, Jader Barbalho, determinou que a Corregedoria da Casa prossiga a investigação e realize todas as diligências necessárias, inclusive recolhendo o depoimento do assessor de Arruda, Domingos Lamoglia de Sales Dias, acusado de ter recebido da ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados (Prodasen) Regina Célia Peres Borges a lista com os votos dos senadores.

Jader Barbalho explicou que o depoimento de Domingos Lamoglia não foi tomado pela comissão de inquérito instaurada para verificar se houve violação do painel eletrônico, em virtude do encerramento do seu prazo de funcionamento. “Como presidente do Senado, não desejo faltar com o esclarecimento da verdade, suprimindo em fase alguma o contraditório. Por isso, como o assessor de Arruda não foi ouvido, e ele negou (por meio de nota entregue à imprensa) que tenha recebido a lista de votação, determino que o corregedor complemente o que não foi possível ser feito pela comissão de inquérito”, afirmou.

O presidente do Senado registrou que as diligências que deverão ser promovidas pelo corregedor, senador Romeu Tuma (PFL-SP), não implicarão prejuízo para o trabalho

de apuração que já vem sendo desenvolvido pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Jader elogiou o trabalho da comissão de inquérito e ressaltou que o corregedor poderá auxiliar diretamente o Conselho de Ética, do qual, regimentalmente, é integrante.

O corregedor Romeu Tuma disse que constatou a necessidade de ouvir o depoimento do assessor de Arruda. Ele também antecipou que poderá determinar alguma acareação e que providenciará a reprodução, por meio de fotografias, dos atos e fatos que levaram à quebra do sigilo do painel eletrônico.

Pedro Simon (PMDB-RS) opinou que, para evitar duplicidade de ações, o trabalho deveria ficar restrito ao Conselho de Ética. Roberto Freire (PPS-PE) registrou que o conselho seria o fórum competente para averiguar se algum senador teve ou não participação na violação do sigilo do painel.

O presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS), concordou que não poderia haver investigação paralela. Por outro lado, defendeu que o conselho continue o seu trabalho, auxiliado pelo corregedor. José Eduardo Dutra (PT-SE) opinou que a Corregedoria deve prosseguir com suas diligências e, no caso da necessidade de tomar algum depoimento, ouvir os convocados conjuntamente com o Conselho de Ética. Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu que as investigações avancem até o final.

# Conselho de Ética do Senado ouve hoje a ex-diretora do Prodasen

Já o corregedor-geral Romeu Tuma tomará depoimento do assessor que, segundo Regina Célia, teria recebido cópia da lista com os votos da sessão secreta que cassou mandato de Luiz Estevão

## Heloísa cobra esclarecimento sobre violação do painel

Em discurso emocionado, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) reafirmou ontem que quer ver esclarecido até o fim o caso da violação do painel de votações do Senado. A senadora rebateu comentário de um jornalista no programa *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo, de que o silêncio a interessava, em referência à suposta afirmação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de que ela havia votado contra a cassação de Luiz Estevão. A senadora frisou que o silêncio não a interessa e que quer ver o caso esclarecido.



Heloísa não quer que a "corda arrebente do lado mais fraco"

Heloísa lembrou discurso do senador Paulo Hartung (PPS-ES) em que o parlamentar comparou a calúnia à atitude de uma pessoa que joga as penas de um travesseiro do

alto de um prédio. Por maior que seja o empenho em recolher as penas, observou, sempre sobrar alguma. Ela lamentou que, infelizmente, o caluniado tenha que responder à calúnia, correndo atrás de cada pena solta ao vento para provar sua inocência.

A senadora afirmou que, ao ouvir o discurso de José Roberto Arruda (PSDB-DF), que desmentiu ter solicitado a lista com os votos dados na sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão, lembrou-se do momento em que insinuaram que teria votado contra a cassação. Sobre o destino da funcionária Regina Borges, que fez as afirmações, a senadora disse temer que "a corda arrebente do lado mais fraco".

Heloísa afirmou que, depois de 38 anos, sonhou com seu pai, já falecido, o qual lhe dizia que há tempo para todo propósito debaixo do céu. "É com esse espírito que eu tenho passado todos esses dias", disse.

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ouvirá hoje, às 14h30, a ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodase) Regina Célia Peres Borges. Pouco antes, ao meio-dia, o corregedor do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), tomará o depoimento do assessor do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) Domingos Lamoglia Dias, apontado por Regina Célia como sendo a pessoa que recebeu uma cópia da lista com os votos dados na sessão secreta em que foi cassado o senador Luiz Estevão. Lamoglia distribuiu nota afirmando que nunca recebeu tal lista.

A convocação da ex-diretora foi decidida pelo Conselho de Ética no início da noite de ontem. Já o assessor foi convocado separadamente pelo corregedor do Senado, encarregado de auxiliar o trabalho do conselho. Regina Célia Borges informou à comissão do Senado que investigou se o painel era vulnerável ter determinado a retirada da lista de votações a pedido do senador José Roberto Arruda. O senador, líder do governo no Senado, teria dito à ex-diretora que pedia a lista em nome do então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).



O Conselho de Ética convocou a depor mais quatro funcionários do Senado

O Conselho de Ética decidiu ainda acelerar seus trabalhos e, para tanto, fará reuniões às terças, quintas e sextas. O seu presidente, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), observou que o Senado tem que apresentar resultados rapidamente em suas investigações sobre a violação do painel, "pois o país inteiro espera isso". Não haverá reuniões às quartas, quando as votações do Plenário do Senado costumam se prolongar.

Ainda ontem, o Conselho de Ética convocou para depoimentos, em data a ser definida, outros quatro funcionários do Senado que atuaram no episódio. São eles Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur, Hermilo Gomes da Nóbrega e Se-

bastião Gazola.

O foneticista Ricardo Molina apresentou ontem a nova degravação da fita que a revista *IstoÉ* recebeu do procurador da República Luiz Francisco de Souza. A fita registrou uma conversa entre o senador Antonio Carlos Magalhães e três procuradores da República, no início de fevereiro. Molina revelou novas frases tiradas da fita, sendo a mais polêmica atribuída ao ex-presidente do Senado. Nela, conforme a nova degravação, realizada com técnicas diferentes, Antonio Carlos diz: "Lemos a lista. A Heloísa votou nele". Trata-se de uma referência à lista com os votos da sessão secreta e à senadora Heloísa Helena (PT-AL).

## CFC decide convidar Eduardo Jorge para depor

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado decidiu ontem convidar o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira a prestar depoimento sobre as indicações que fez para diretorias de fundos de pensão apuradas nas investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Poder Judiciário. O depoimento, aprovado por meio de requerimento apresentado pelo presidente da comissão, Ney Suassuna (PMDB-PB), deve ocorrer em três semanas.

— O depoimento se justifica em função de novas matérias na imprensa e de documentos que o próprio Eduardo Jorge enviou à comissão — disse Suassuna, que obteve a aprovação da comissão para outro requerimento convidando para depor sobre o mesmo tema os procuradores Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb.

O presidente da CFC informou aos senadores que a documentação encaminhada pelo ex-secretário já está à disposição dos membros da comissão. Suassuna também leu o ofício de Eduardo Jorge à comissão em que informa ter solicitado ao Banco Central a quebra de seu sigilo bancário no período da construção do fórum trabalhista de São Paulo. Familiares de Eduardo Jorge se associaram a ele no pedido.

A comissão aprovou requerimento, igualmente da autoria de Ney Suassuna, convidando o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para debater, em audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os limites globais de endividamento do setor público. O objetivo é municiar



Ney Suassuna: fatos justificam novo depoimento

os senadores de informações para decidir sobre os pedidos apresentados por estados e municípios no sentido de que certos tipos de empréstimos não contem para efeito do limite de endividamento.

A comissão aprovou ainda relatório de Bello Parga (PFL-MA) dando conhecimento de auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e no Serviço Social do Comércio (Sesc). O TCU recomendou às duas entidades melhorar a administração de pessoal. Outro relatório aprovado, de autoria de Suassuna, apresenta à Caixa Econômica Federal (CEF) recomendações para melhoria da gestão de recursos destinados à habitação.

## Hartung pretende aperfeiçoar Lei das Sociedades Anônimas

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) conclamou os senadores a aperfeiçoar o projeto da nova Lei das Sociedades Anônimas, para corrigir as distorções que prejudicam os acionistas minoritários, contidas no texto aprovado na Câmara. Segundo Hartung, o Senado precisa trabalhar com rapidez, antes que as pressões das grandes empresas para engavetar a proposta possam sedimentar-se.

O senador lembrou que o Senado é a Casa revisora do Congresso Nacional, cabendo-lhe, justamente, o papel de aperfeiçoar o projeto para tornar o mercado acionário mais justo. A nova Lei das Sociedades Anônimas, a reforma tributária e a regulamentação do sistema financeiro nacional são passos importantes para consolidar um modelo de desenvolvimento auto-sustentado no país, argumentou.

O senador afirmou que o projeto aprovado na Câmara tem alguns avanços importantes, como as novas funções atribuídas à Comissão de Valores Mobiliários, que ganhará autonomia para fiscalizar e regulamentar o mercado de ações. "Mas é injusto com os acionistas minoritários que terão dificuldades para sobreviver e mais ainda para ampliar sua participação no mercado acionário", afirmou.

Hartung citou o presidente do Banco de Boston, Henrique Meirelles, que, em reportagem na revista *Veja*, aconselhou o governo a criar leis transparentes de sociedades anônimas para atrair investidores minoritários estrangeiros. Ele propôs, também, que as companhias abertas (com ações em bolsa de valores) recebam tratamento diferenciado da legislação tributária, uma vez que essas empresas são muito mais transparentes ao fisco, lembrou.

Para o senador pelo Espírito Santo, há anos o Congresso já deveria ter aprovado uma nova Lei das Sociedades Anônimas para multiplicar o número de empresas com ações nas bolsas de valores, que hoje são cerca de 564, um número irrisório se comparado com as seis mil da Índia. "A pressa não deve, no entanto, nos impedir de fazer uma análise profunda e detalhada do projeto, para sanar as injustiças que possam vir a ser cometidas contra os acionistas minoritários", concluiu Paulo Hartung.

## Mozarildo quer mudar conselho da Suframa

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) sugere que os municípios do interior dos estados que participam da Zona Franca de Manaus tenham um representante no Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). A sugestão consta de projeto de lei complementar que ele apresentou para alterar a legislação sobre o assunto, que é de 1991. A matéria está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e deve receber indicação de relator nas próximas semanas.

O senador explica, na justificativa do projeto, que não são apenas as capitais dos estados da região da Zona Franca que devem ser ouvidas pela Suframa, já que as cidades do interior têm relevância no fornecimento de mão-de-obra e de material e na produção dos bens comercializados pela Zona Franca.

— É justo incluir no conselho a participação de um representante específico para os municípios do interior dos estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia, que atuam na Zona Franca — defende Mozarildo Cavalcanti.

O Conselho de Administração da Suframa é responsável pela definição da política de orientação da entidade, estabelecendo os critérios de atuação e as metas para as indústrias e lojas que formam o complexo empresarial. Mozarildo explicou que, hoje, o conselho é formado pelo superintendente da Suframa, por representantes dos governos dos estados, prefeitos de capitais, três representantes de ministérios, pelos secretários do Desenvolvimento Regional e de Assuntos Estratégicos e dois representantes classistas, um dos produtores e outro dos trabalhadores da região.



Mozarildo propõe a participação dos municípios do interior no Conselho de Administração da Suframa



# Procuradores apontam irregularidades em bingos

Segundo o representante do Ministério Público no Rio Grande do Sul, Celso Antônio Três, há fortes indícios de lavagem de dinheiro envolvendo a atividade na região Sul

O procurador da República no Rio Grande do Sul, Celso Antonio Três, afirmou ontem à CPI do Futebol que os resultados das investigações do Ministério Público sobre a atuação das casas de bingo na região Sul encontraram fortes indícios de lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e corrupção. O procurador apresentou denúncias envolvendo Luís Carlos Festugado, de Cascavel (PR), acusado de sonegar cerca de R\$ 34 milhões. Celso Três disse ainda que é comum a existência de “laranjas” à frente da atividade.

A CPI do Futebol também ouviu a procuradora da República no Rio de Janeiro Raquel Branquinho, que entregou aos senadores cópias das principais peças das investigações do Ministério Público, que deram origem a 16 processos criminais. Segundo disse, a atividade esportiva, que deveria ser financiada pelos bingos, passou a ser meramente acessória. “Em alguns casos, o repasse obrigatório de 7% do faturamento dos bingos não era feito”, afirmou.

Os dois procuradores sugeriram mudanças na legislação que regula a atividade de bingo. Celso Antonio Três disse que a pena para a exploração clandestina dos bingos é de seis meses a dois anos de detenção, considerada por ele muito branda. “É preciso que a pena seja aumentada para dois a cinco anos de prisão”, disse.

Os procuradores consideram que a atuação da Caixa Econômica Federal na fiscalização dos bingos deve melhorar consideravelmente a lisura da atividade. Até 1999, a tarefa cabia ao Instituto de Desenvolvimento do Desporto (Indesp). “O que ocorria era o caos. O Indesp não exercia a sua prerrogativa de fiscalizar”, disse Raquel Branquinho, que criticou os convênios firmados pelo órgão, extinto em 1999, para o repasse da atividade fiscalizadora aos estados. No Rio, disse ela, foi liberada uma série de jogos que nada tinham a ver com bingo.



A procuradora da República no Rio de Janeiro Raquel Branquinho entregou à CPI cópia das principais peças das investigações

## Álvaro busca colaboração do BC para obter informações sobre suspeitos

O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), anunciou ontem que se reunirá com o presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, para discutir o acesso da comissão às informações relativas à movimentação bancária dos suspeitos de irregularidades no futebol.

O senador lamentou as decisões do Supremo Tribunal Federal, que tem concedido liminares favoráveis a dirigentes esportivos, pela manutenção do sigilo bancário. A CPI tenta rever essas decisões e quer que o Banco Central forneça as informa-

ções tão logo o sigilo seja quebrado.

— Apresentamos justificativas consistentes para a quebra do sigilo, mas o Supremo Tribunal Federal vem concedendo liminares favoráveis aos investigados — esclareceu Álvaro Dias.

O senador informou que, em virtude dessas liminares, os senadores têm elaborado novos requerimentos. “Estamos começando o processo novamente”, lamentou.

Álvaro Dias disse que o conhecimento da movimentação financeira dos envolvidos é fundamental para o trabalho da comissão.



Álvaro Dias lamentou as decisões do STF contrárias à quebra do sigilo de pessoas suspeitas de praticarem irregularidades

## Futebol mineiro é tema de depoimento

Por convocação de seu presidente, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a CPI do Futebol ouvirá hoje, em sessão marcada para as 10 horas, o depoimento do dirigente esportivo Otacílio Ferreira da Costa, que está denunciando irregularidades na Federação Mineira de Futebol.

O depoimento de Ferreira da Costa decorre de requerimento do relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC). Na próxima semana, serão marcadas datas para depoimentos do presidente da Comissão de Estatuto do Santos Futebol Clube, Mário Mello Soares, e do dirigente esportivo Seraphim Carlos del Grande.

# Plano de saúde é obrigado a fazer cirurgia de mama

Senado aprova, e encaminha ao presidente da República para sanção, projeto da Câmara dos Deputados que exige dos planos privados de saúde a cobertura de operações de reparação de mama nos casos de tratamento de câncer

O Senado aprovou ontem e enviou à sanção presidencial projeto da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) que obriga os planos privados de saúde a realizarem cirurgia reparadora de mama nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer. O presidente do Senado, Jader Barbalho, parabenizou a bancada feminina no Congresso e as autoras desse projeto e do que define o assédio sexual como crime. Para ele, as duas propostas contribuem para manter uma agenda positiva no Parlamento.

Na opinião da senadora Heloísa Helena (PT-AL), o projeto concernente à cirurgia reparadora de mama corrige uma omissão na lei que regulamentou a atuação dos planos privados de saúde. Ela lamentou que tantas mulheres paguem seguros de saúde para descobrir, na hora de um câncer, que não estão protegidas em seu direito a uma cirurgia reparadora da mama.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Tião Viana (PT-AC), que é médico, considerou “inadmissível” que a cirurgia reparadora não tenha cobertura dos planos de saúde. Ele lembrou que o câncer de mama é uma das patologias de maior incidência na população feminina, com uma média de 30 mil casos novos por ano.

— Não se trata de uma questão puramente estética, mas da possibilidade de uma intervenção médica com potencial de limitar ou mesmo pôr fim aos graves sofrimentos e prejuízos sociais e afetivos que decorrem da mutilação cirúrgica da mama — afirmou Tião Viana.

**Trinta mil casos a cada ano**

- O câncer de mama atinge a cada ano cerca de 30 mil mulheres no Brasil
- O tratamento cirúrgico é ainda indicado para grande parte das pacientes
- A cirurgia tem repercussões na vida pessoal, sexual, profissional e social da mulher
- A cirurgia plástica reparadora é considerada solução adequada para a maioria dos casos
- A restauração da mama é a conclusão de uma etapa de doença e sofrimento físico, psicológico e social



## Plenário decide tipificar como crime o uso de autoridade para obter favores sexuais

Também foi aprovado pelo Plenário do Senado e enviado à sanção presidencial projeto da deputada federal Iara Bernardi (PT-SP) que tipifica o assédio sexual como crime. A norma pune quem se aproveitar da relação de autoridade para importunar alguém no propósito de obter favores sexuais. Seguindo tendência mundial, o assédio foi caracterizado como delito de quem exerce autoridade ou ascendência sobre o subalterno.

O autor de assédio sexual será punido com pena de um a dois anos de detenção, que poderá ser cumprida com punição alternativa ou em regime semi-aberto. A pena aumentará se o agente for padrasto, madrasta, irmão, tutor, curador, preceptor, ascendente ou descendente da vítima. Implica ainda elevação da pena o crime cometido por quem se prevalece de relações domésticas, religiosas ou de confiança.

— O projeto não visa impedir flores, carinho, poesia ou qualquer expressão amorosa que possa acontecer. O que se pretende é evitar a prática invasiva e desrespeitosa de quem se aproveita da

**Um a dois anos é a pena para quem praticar assédio sexual**

99% das denúncias apontam mulheres como vítimas

52% das mulheres já foram assediadas sexualmente no trabalho

25% das filiadas ao Sindicato das Secretárias de São Paulo afirmam que já foram assediadas

Fonte: Relatório da deputada Iara Bernardi (PT-SP)



condição de superioridade para forçar alguém a fazer o que não quer, seja homem ou mulher — afirmou a senadora Heloísa Helena (PT-AL) em defesa da matéria.

A senadora destacou a ação do presidente do Senado Federal, Jader Barbalho, e dos líderes partidários, que viabilizaram a tramitação urgente da proposta. A senadora explicou que é precisamente o caráter não desejado e impositivo que distingue o assédio das interações afetuosas ou relações consensuais que podem surgir dentro de um contexto de trabalho, assim como em salas de aula, consultórios médicos, templos ou residências. Ela lembrou que diversos países já ado-

taram medidas que reprimem a prática do assédio sexual, reconhecendo-o como uma discriminação e uma violência contra a mulher.

Para Gerson Camata (PMDB-ES), que considera muito ultrapassada a lei que regula o assunto, de 1940, com a aprovação da medida o Brasil estará saindo da Idade Média para o século 21. Apesar de se dizer preocupado com a excessiva criminalização de atos na sociedade moderna, Roberto Requião (PMDB-PR) disse que o problema não se aplica ao projeto. Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Romero Jucá (PSDB-RR) também manifestaram seu apoio à proposta, considerando-a oportuna.

## Comissões voltam a analisar projeto em favor das vítimas de estupro

O Plenário do Senado resolveu ontem devolver ao exame das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto que obriga as delegacias de polícia a informarem às vítimas de estupro que elas têm direito ao aborto. Foi retirado o regime de urgência com que tramitava a matéria.

Na mesma sessão, o Plenário adiou para 10 de maio a votação da proposta de emenda à Constituição do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que visa acabar com a chamada guerra fiscal entre os estados — ou seja, a oferta de vantagens fiscais para atrair a instalação de novas empresas.

Em comum acordo com Ornélas, os senadores Paulo Hartung (PPS-ES), Gerson Camata (PMDB-ES) e Ricardo Santos (PSDB-ES) pediram

um tempo para analisar os efeitos dessa mudança nos estados.

O Plenário também decidiu devolver ao exame da CCJ projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que anistia os dirigentes, representantes sindicais e trabalhadores da indústria de extração de petróleo que, desde setembro de 1994, tenham sofrido punições por participação em movimentos reivindicatórios.

O adiamento decorreu de emenda do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que afirmou estar agindo na direção desejada pelo governo. Argumentando que o projeto está há seis anos na Casa, Dutra insurgiu-se contra o adiamento da votação e apelou aos senadores para que votassem logo a matéria. O adiamento, contudo, foi aprovado.

## Ricardo Santos pretende incluir empresas de saúde no Simples

Certo de que a medida contribuirá para ampliar a oferta de serviços de saúde no país, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) apresentou projeto estendendo os benefícios do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples) às micro e pequenas empresas do setor de saúde.

Na avaliação dele, a iniciativa corrige “uma discriminação inaceitável”, em vista da necessidade de privilegiar as atividades que o setor de saúde requer. Na sua opinião, a opção pelo Simples, nesse setor, foi vedada “sem nenhuma razão mais fundamentada”.

O senador aponta outro benefício na aprovação da proposta. A mudança “permitirá a expansão de novos empreendimentos na área de saúde, beneficiando aquelas unidades localizadas em bairros periféricos das grandes cidades ou mesmo em cidades de pequeno e médio portes do interior do país”.

Distribuído para apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, o projeto terá tramitação em caráter terminativo. Isso significa que, aprovado pela CAE e não recebendo recurso para manifestação do Plenário, a proposta seguirá diretamente para apreciação da Câmara dos Deputados.

## Vídeos eróticos poderão estimular uso de preservativos

As fitas de vídeo eróticas e pornográficas vendidas ou alugadas em todo o país deverão conter a mensagem “faça sexo seguro: use camisinha”, de acordo com projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto, de autoria do deputado federal Fernando Gonçalves (PTB-RJ), vai agora para votação

no Plenário.

Conforme o projeto, a frase deverá ser inserida no início das fitas de vídeo e terá a duração de cinco segundos. Para o relator da matéria, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), a advertência contribuirá para prevenir a Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis (DST).



Gilvam: medida contribuirá para prevenir a Aids e outras DST

# CAS amplia seguro a trabalhador sazonal

Aprovado em caráter terminativo, projeto de autoria de Geraldo Althoff irá diretamente à apreciação da Câmara dos Deputados se não houver recurso para exame da matéria pelo Plenário do Senado

Os trabalhadores sazonais, safristas ou contratados por períodos curtos terão direito ao seguro-desemprego, desde que dispensados sem justa causa ou em função do término do prazo do contrato de trabalho. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ao aprovar, em caráter terminativo, projeto apresentado pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC). Caso não haja recurso para que seja também submetido ao Plenário do Senado, o projeto, relatado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), será enviado à Câmara dos Deputados.

Conforme a proposta, o seguro-desemprego será de um salário mínimo, a ser pago durante três meses, mas para ter direito ao benefício o trabalhador deverá provar que, nos 36 meses anteriores, teve pelo menos três contratações por períodos de no mínimo três meses. O candidato ao benefício deverá comprovar também que recolheu as contribuições previdenciárias nos períodos trabalhados.

Para Alcântara, a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores sazonais, safristas ou



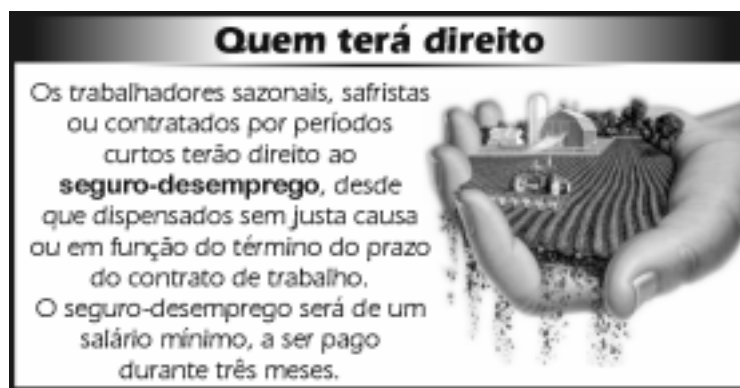
Proposta de Althoff estabelece para trabalhador sazonal safrista seguro-desemprego de um salário mínimo, durante três meses

proteção do Estado.

Conforme o relator, ao modificar a lei que regula o Programa de Seguro-Desemprego e institui o Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), o projeto tem ainda o mérito de ampliar o número de trabalhadores abrangidos pelas ações do FAT e de ser coerente com as políticas de combate ao desemprego.

contratados por prazos curtos beneficiará milhões de trabalhadores rurais que se encontram empregados de modo precário, recebendo os menores salários e com pouca ou quase nenhuma

proteção do Estado.



A Comissão de Assuntos Sociais aprovou vários projetos na reunião de ontem

## Comissão aprova medida que limita contratação beneficiada por incentivo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que limita em 25% do total dos empregados o número de trabalhadores com relações de emprego beneficiadas por incentivos fiscais, financeiros ou sociais, que impliquem redução no custo da mão-de-obra. O projeto, que acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho

(CLT), abrange empresas com mais de 30 empregados. A matéria foi aprovada em caráter terminativo e segue agora para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para sua apreciação pelo Plenário.

Segundo o projeto, a empresa que desobedecer ao dispositivo estará sujeita ao pagamento de multa equivalente ao dobro do valor dos benefícios mensais

mente obtidos, calculada sobre as contratações que excederem o limite de 25%. Luiz Pontes entende que a medida contribui para o equilíbrio nas relações trabalhistas e evita uma administração nociva das relações de emprego. O objetivo, afirma o senador, "é submeter o mercado de trabalho a parâmetros mínimos de justiça social".

## Projeto acaba com vínculo empregatício entre cooperativa e associado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto da Câmara dos Deputados estabelecendo que, qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existirá mais o vínculo empregatício entre ela e seus associados. A medida abrange também as relações entre os associados e os tomadores de serviços das cooperativas. O projeto vai ainda ao

exame do Plenário do Senado.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ), relator, lembra que o projeto atende a uma antiga reivindicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. É que essa entidade, observou, tem enfrentado sérios problemas com ex-associados de cooperativas de produção, os quais, ao se retirarem delas, entram na Justiça com reclamações trabalhistas.

## Ex-jogador de futebol poderá ser técnico mesmo sem diploma

O ex-jogador de futebol sem formação universitária em Educação Física poderá exercer a profissão de treinador, de acordo com projeto do ex-senador Luiz Estevão aprovado ontem em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A legislação atual prevê que apenas os diplomados em Educação Física podem exercer a profissão.

De acordo com o projeto, o ex-jogador somente poderá habilitar-se a exercer a função de treinador caso tenha atuado como atleta profissional pelo prazo de cinco anos. Além disso, o atleta que desejar tornar-se téc-

nico terá que ser submetido a um estágio, durante seis meses, como assistente técnico de treinador profissional de futebol.

Para o relator da matéria, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), o projeto aprovado vem ao encontro dos interesses de inúmeros ex-jogadores de futebol que já exercem a profissão mas não encontram respaldo legal para isso. "Afim de contas, esses atletas podem não ter um conhecimento técnico efetivo em Educação Física mas, com certeza, sabem muito bem o que ocorre dentro dos gramados", avaliou.

## Trabalho e emprego no Brasil em discussão na TV

O programa *Cidadania*, da TV Senado, aborda as questões do trabalho e do emprego no Brasil. O senador Tasso Rosado (PMDB-RN) e a consultora organizacional Maria José Bretas abordam aspectos da qualificação do trabalhador brasileiro para o novo mercado globalizado, bem como a legislação trabalhista do país. O programa vai ao ar hoje às 6h30 e às 19h30.

Já no programa *Entrevista*, os jornalistas Beto Almeida e Renata de Paula conversam com o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) sobre as reformas estruturais necessárias ao desenvolvimento do país. O senador acredita que as privatizações são feitas de modo equivocado pelo governo federal e que o setor de energia elétrica não deve ser privatizado. O programa será exibido às 7h30 e às 20h30.



# CCJ aprova mudança no setor de transportes

Diversos senadores pediram a retirada da urgência na tramitação da matéria, mas o governo não concordou. Com a abstenção dos oposicionistas, a comissão acolheu o parecer favorável do relator, Antonio Carlos Magalhães



Senadores lamentaram a urgência, mas acolheram o projeto na CCJ

A criação de agências reguladoras para os transportes terrestres e aquaviários foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria, oriunda do Executivo, também institui o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte e cria o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. O relator, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), apresentou emendas que, na sua opinião, eliminam inconstitucionalidades e impropriedades do texto aprovado pelos deputados.

Segundo o relator, a Câmara alterou profundamente o texto original. A proposta dos deputados sugere a criação de duas em vez de uma agência reguladora, institui um conselho e fixa novas atribuições para o Ministério dos Transportes.

— A Câmara incorreu em vício de iniciativa, pois o aumento de despesas e a alteração da estrutura administrativa são competências privativas da Presidência da República — afirmou Antonio Carlos.

Os senadores do Bloco Oposição abstiveram-se na votação, afirmando que não houve tempo hábil para analisar a proposta. Durante os debates, foram feitos apelos para que o governo retirasse a urgência. José Eduardo Dutra (PT-SE) e Osmar Dias (PSDB-PR) ponderaram que o projeto tramitou na Câmara por um ano e meio e, durante esse tempo, o governo solicitou e retirou a urgência por duas vezes. No Senado, tramita há cerca de dois meses.

Gerson Camata (PMDB-ES) sugeriu que a urgência fosse retirada por 30 dias. Porém, o vice-líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), entrou em contato com o Palácio do Planalto e informou que o Executivo não retiraria a urgência. Jefferson Péres (PDT-AM) lamentou que o governo não tivesse atendido ao apelo, o que considerou um tratamento desrespeitoso ao Senado.

## VISITA

O presidente do Senado, Jader Barbalho, recebeu em audiência ontem dirigentes da Confederação Nacional dos Transportes, que manifestaram posição favorável ao projeto que cria a Agência Nacional de Transportes. Além do presidente da CNT, Clésio Andrade, compareceram à audiência o presidente da Associação Nacional de Transportes de Carga, Romeu Luft, e outros empresários ligados ao setor.

## Padilha defende a criação de agências reguladoras

Em audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, ontem, o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, defendeu o substitutivo do deputado Elizeu Rezende (PFL-MG) ao projeto do Executivo que propõe a reestruturação dos transportes terrestres e aquaviários. O ministro contestou argumentação do representante da Comissão Temática da Confederação Nacional da Indústria, Marco Polo de Melo Lopes, de que as atribuições da Agência de Transportes Aquaviários se sobreporiam à Lei 8.630, de 1993, que deu início à chamada modernização dos portos.

O substitutivo propõe a reorganização administrativa do setor federal de transportes, com base na criação de duas agências reguladoras — a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres. Ele também institui o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e inova ao criar o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, presidido pelo ministro dos Transportes.

Já a Lei 8.630, que os empresários defenderam por considerá-la mais eficiente do que a Antaq, oferece as condições legais para a paulatina substituição da estrutura monopolista estatal pela iniciativa privada na realização de investimentos, exploração e operação nos portos. A lei possibilitou, também, a mudança nas relações trabalhistas, e deu início ao processo de competitividade interna nos portos, já com suas instalações e operações terceirizadas.

Durante a audiência pública, da qual participaram representantes dos diversos segmentos do

setor de transportes, o projeto também foi defendido pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que, em nome das oposições, solicitou aos senadores que o aprovem como está. Já aprovada na Câmara e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria deverá ser votada na próxima reunião da CI, dia 25.

O ministro também discordou de



Eliseu Padilha participou de audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Niló Martins, representante da Federação Nacional dos Operadores Portuários, e de Wilen Mantle, representante da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, que concordaram com o representante da CNI sobre a superposição de atribuições. Para eles, a criação da agência significa o retorno da burocracia estatal aos portos. Padilha assegurou, no entanto, que a proposta segue na direção oposta. “Estamos

delegando aos estados e municípios a criação de um conselho de administração em cada porto.”

O representante do Sindicato dos Estivadores, Abelardo Junqueira, observou que a reclamação dos empresários se refere, sobretudo, aos deveres do Estado quanto à criação de uma infra-estrutura para os portos, e que estão sendo transferidos para a iniciativa privada. Ele também observou que nos países da Europa e nos Estados Unidos não há diferença entre público e privado. “No Brasil a modernização está sendo feita às custas da iniciativa privada ou da própria carga” disse.

## Ricardo Santos sugere reforçar conselhos portuários

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES), autor do requerimento para a realização da audiência pública sobre a proposta de reestruturação dos transportes terrestres e aquaviários no país, questionou a criação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), conforme propõe o substitutivo de Elizeu Rezende. Ele levantou a possibilidade de se corrigirem as imperfeições de funcionamento dos Conselhos de Autoridade Portuária, criados pela Lei de Modernização dos Portos, ao invés de se criar uma agência para as atividades portuárias.

— Em lugar de criar uma estrutura centralizada, poderíamos fortalecer os conselhos. Isso possibilitaria uma estrutura descentralizada de administração portuária, capaz de refletir diferenças de custos e eficiência, além de estabelecer sadia competição entre portos, contribuindo para diminuir o chamado custo Brasil — afirmou.

No entanto, para o ministro

Eliseu Padilha a proposta apresentada pelo substitutivo combate a centralização a que se refere o senador. Embora a autorização seja dada pela União, o substitutivo atribui aos estados e municípios a administração dos portos, mediante a criação de um conselho de administração específico para cada terminal portuário, esclareceu Padilha.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) admitiu que, no início, também discordou da criação de novas agências, mas por ser contra a ingerência do Estado. Porém, se disse convencido pelos argumentos do ministro Padilha e do relator da matéria. Mas mostrou-se apreensivo quanto ao futuro da Ferrovia Norte-Sul, uma vez que o projeto prevê a extinção da Engenharia, Construção e Ferrovias S.A. (Valec), responsável pela obra. Padilha procurou tranquilizar Patrocínio, dizendo que o deputado Elizeu Rezende encontrou a melhor fórmula ao assegurar que, se a construtora da Norte-Sul for privatizada, seus empre-

gados serão aproveitados na nova empresa.

A preocupação do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) também se refere à criação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Ele perguntou ao ministro se essa medida não poderia fragmentar o setor, fomentando uma concorrência que só contribuiria para a elevação dos custos de logística.

Apesar da proposta tratar dos transportes de um modo geral, o senador Paulo Souto (PFL-BA) concordou que o problema básico se concentra na questão dos portos. Ele entende que os Conselhos de Autoridade Portuária foram uma antecipação das agências reguladoras.

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, senador José Alencar (PMDB-MG), disse que a audiência pública teve o mérito de esclarecer todas as dúvidas levantadas pelos senadores.

# CCJ vai estudar adoção de mudanças no sistema eletrônico de votação

A tarefa caberá à comissão integrada pelos senadores Bello Parga, José Eduardo Dutra e Roberto Requião. O colegiado tem 30 dias para receber sugestões de parlamentares e partidos políticos

Por sugestão do senador Roberto Requião (PMDB-PR), o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), criou comissão para receber propostas que possam aprimorar o sistema de votação eletrônico no país, dando maior transparência ao mecanismo. Além de Requião, os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Bello Parga (PFL-MA) integram o colegiado que, em 30 dias, espera colher sugestões de parlamentares e partidos políticos.

A decisão foi tomada depois que Cabral anunciou o adiamento da audiência pública marcada para ontem com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Nelson Jobim, para debater projeto de lei de Requião que busca aumentar a segurança do sistema de votação eletrônica.

Segundo o senador Roberto Requião, a intenção é realizar,

em conjunto com o TSE, seminário em junho sobre o assunto. José Eduardo Dutra e o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) manifestaram preocupação no sentido de que as propostas estejam prontas e sejam votadas em tempo hábil de entrar em vigor já nas eleições do próximo ano.

A CCJ também adiou a audiência pública com a corregedora-geral da União, Anadyr de Mendonça Rodrigues, que prestaria esclarecimentos sobre o órgão, suas atribuições e instrumentos de que dispõe para combater a corrupção no governo federal. Segundo Cabral, a corregedora pediu o adiamento da audiência, que deve ocorrer na próxima quarta-feira, dia 25.



A comissão foi criada por iniciativa de Roberto Requião

## FINANCIAMENTO

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) anunciou na CCJ que o projeto de lei que determina o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais, que havia voltado à comissão para receber parecer sobre as emendas apresentadas em Plenário, foi remetido à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de-

pois de aprovado requerimento que determina a tramitação conjunta com proposta similar do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Dutra lamentou que a Mesa do Senado tenha despachado o projeto à CAE, que tem como relator da proposta o senador Geraldo Melo (PSDB-RN). Ele argumentou que nenhum dos projetos anteriores havia sido remetido àquela comissão. Para Dutra, a iniciativa

da Mesa pode retardar a apreciação da matéria que, segundo entendimento com o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), deveria ser votada em Plenário no próximo dia 25. Nesse dia também seria submetido a voto o projeto de lei que amplia os prazos para filiação partidária e busca estimular a fidelidade partidária. Dutra anunciou que irá pedir a Suplicy que retire sua proposta para possibilitar que a CCJ se pronuncie acerca das emendas de Plenário até a data acertada com Bornhausen.

Na reunião de ontem, com base em relatório do senador Bello Parga, os membros da CCJ aprovaram, ainda, parecer favorável ao projeto de lei do Executivo que cria 1.013 empregos públicos no Hospital das Forças Armadas, órgão do Ministério da Defesa. A matéria já foi aprovada pelos deputados e tramita no Senado em regime de urgência.

## Moreira Mendes apóia ação contra dívida de Rondônia com Banco Central

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) manifestou seu apoio à ação popular proposta pelo deputado federal Expedito Júnior (PFL-RO) para que seja suspenso o pagamento das parcelas mensais da dívida do estado de Rondônia com o Banco Central. A iniciativa pretende também o reconhecimento da responsabilidade do interventor e do próprio Banco Central pelos danos causados com a implantação do Regime de Administração Especial Temporária no Banco do Estado de Rondônia (Beron).

Por meio de ação popular, proposta na seção de Brasília da Justiça Federal, Expedito Júnior também pede o ressarcimento, ao governo de Rondônia, do total das parcelas já desembolsadas em favor do Banco Central, com ampla correção, como forma de reparação civil pela má gestão do Beron. Moreira lembrou que a intervenção no Banco de Rondônia ocorreu a pedido do ex-governador Valdir Raupp.

— Trata-se do mesmo Valdir Raupp de Matos que, entre outras coisas, saqueou a Ceron (Centrais Elétricas de Rondônia S.A.) e sacou R\$ 1,9 milhão do FGTS de 4.562 servidores do estado, desviando parte desses recursos para duas contas abertas pelo seu cunhado e chefe da Casa Civil, José de Almeida, de onde, posteriormente, esses recursos desapareceram.

Moreira Mendes acrescentou que Valdir Raupp também é responsável por desvio de recursos de convênios com os Ministérios da Saúde, dos Transportes e da Educação, o DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e o Planaflo.

Sobre o caso Beron, Moreira Mendes afirmou que os gestores do Banco Central, “em conluio com o ex-governador Valdir Raupp”, levaram o Banco do Estado de Rondônia à falência e deixaram o estado com uma dívida ilegítima e impagável. Ele acrescentou que, no período de 31 de dezembro de 1994 a 30 de junho de 1998 (sob intervenção do BC), o patrimônio líquido do banco passou de positivo (R\$ 2,1 bilhões) para negativo (R\$ 489 milhões).

## Lauro Campos anuncia desligamento do PT

A adesão do PT ao modelo econômico neoliberal e ao processo de sucateamento da economia brasileira foi apontada pelo senador Lauro Campos (DF) como a principal razão para o seu desligamento do partido, do qual foi um dos fundadores. A defesa do presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, da candidatura de Cristovam Buarque ao Senado — Lauro Campos era um dos outros dois pré-candidatos — foi a “gota d’água”, disse, que culminou com a decisão anunciada ontem.

O senador leu em Plenário carta que enviou ao presidente nacional do PT, deputado José Dirceu (SP), apresentando as razões do seu desligamento do partido. Lauro acusa Luiz Inácio Lula da Silva de promover intervenção no PT de Brasília, ao declarar que o candidato ao Senado deve ser Cristovam. Com o objetivo de impedir a livre escolha dos candidatos aos cargos majori-



Lauro Campos foi um dos fundadores do partido

tários, o ato de Lula, segundo Lauro, “evidencia que a ditadura pelega e intelectualóide que se instaurou no PT venceu arrasadoramente”. Na avaliação do senador, o partido, a partir de 1988, desestruturou suas instâncias democráticas, baseadas em núcleos, comitês e na ligação com sindicatos. “A despetização do partido e o medo da proximidade com a CUT e o MST enfraqueceram o movimento e a organização dos trabalhadores, no momento em que todas as forças da crise e da dita modernização se abatiam sobre a classe espoliada”, afirmou.

A direção nacional do partido já havia formulado pedido de explicações ao senador sobre o fato de não ter votado em Cristovam Buarque para governador do Distrito Federal em 1998. Lauro disse que o fez para ser fiel à sua consciência, ideologia, valores e também às normas partidárias. “Só mesmo um ranço stalinista pode

exigir ser fiel às pessoas e não às idéias. Se votasse em Cristovam, estaria compactuando com o neoliberalismo, com o FMI, e traindo os meus princípios”, explicou.

Lauro Campos acusou a cúpula

petista e, em especial, Cristovam de adotarem postura de acomodação em relação ao governo federal, com o objetivo de se mostrarem confiáveis às classes dominantes.

## Senadores lamentam decisão

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez apelo ao presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, para que trabalhe pela permanência do senador Lauro Campos (DF) no partido. Suplicy disse que a decisão de Lauro de não votar em Cristovam Buarque para governador do Distrito Federal, em 1998, deveu-se a razões que devem ser entendidas por Lula.

— Lauro Campos sempre expressou suas divergências com Cristovam em clima de debate político, o que constitui um aprendizado para todos — disse o senador paulista. Suplicy também pediu a Lauro Campos que reflita melhor sobre sua decisão.

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), lamentou a decisão de Lauro Campos. Ele ressaltou a capacidade de debate do senador pelo Distrito Federal. “Além do aspecto afetivo, lamento a falta que o senador fará para o debate travado dentro do PT.”

— As pessoas que acreditam em uma sociedade mais justa, igualitária e socialista continuarão se encontrando com Lauro Campos — afirmou a senadora Heloísa Helena (PT-AL). O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que, ao sair do PT, Lauro comete um equívoco. Ele considera importante manter a divergência democrática dentro das siglas partidárias. “É preciso ter alguém que cobre posições dos partidos. O Brasil não tem vida partidária, e o PT é uma exceção que merece respeito”, disse.

# Projeto que coíbe grilagem passa em comissão

Relator da matéria, Gerson Camata destaca que proposta estabelece critérios para reorganizar o sistema fundiário no país. Matéria tramita em regime de urgência e, se aprovada pelo Plenário da Casa, irá à sanção presidencial

## Aprovadas quatro emissoras de rádio

O Senado aprovou ontem quatro projetos de decretos legislativos renovando a concessão para o funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Assunção de Jales Sociedade, de Jales (SP); Sociedade Rádio Difusora Santa Cruz, de Santa Cruz do Rio Pardo (SP); Diário de Suzano Radiodifusão, de Salesópolis (SP); e Rádio Colméia, de Cascavel (PR). As matérias agora vão à promulgação.

## Congresso homenageia Mário Covas

O presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou a convocação de uma sessão solene conjunta — Câmara e Senado —, a realizar-se no dia 9 de maio próximo, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a homenagear a memória do ex-governador Mário Covas, de São Paulo, falecido em 6 de março último.

## Bicentenário do Marquês do Paraná

Foi aprovado pelo Plenário do Senado requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) propondo que a parte do expediente da sessão do próximo dia 23 de maio seja destinada a homenagear Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, pelo transcurso do bicentenário de seu nascimento. Ele é considerado um dos maiores políticos e estadistas da época do Império no Brasil.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem relatório do senador Gerson Camata (PMDB-ES) favorável ao projeto de lei do Executivo que adota medidas para evitar a negociação irregular de terras públicas, conhecida como grilagem. Caso seja aprovada em Plenário, a matéria, que tramita em regime de urgência, será enviada à sanção.

— O território rural brasileiro tem sido objeto de transações irregulares, invasões e apropriação de territórios indígenas que precisam ser contidas, muitas delas com a participação de integrantes dos próprios tabelionatos de registros, que promovem irregularidades e incentivam aventurei-

ros às apropriações abusivas — afirmou o relator.

Segundo Camata, criou-se no Brasil um sistema de falsas regularizações de imóveis rurais, apropriados com documentos forjados. O projeto, disse, impõe critérios para reorganizar o sistema fundiário, instituindo a numeração das propriedades e atribuindo à Secretaria da Receita Federal, em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), poderes de fiscalizar as transferências de propriedades fundiárias.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) alertou para possíveis inconstitucionalidades na proposta. Já o senador Álvaro



Camata: "Território rural brasileiro tem sido objeto de transações irregulares"

Dias (PSDB-PR) criticou a pressa com que a matéria tramita no Senado, que, na sua opinião, acaba sendo ridicularizado por cometer erros crassos em projetos de lei aprovados.

## Senadores e deputados participam da missa de Páscoa do Congresso Nacional

Ao lado de parlamentares e de servidores das duas Casas do Congresso, o presidente do Senado, Jader Barbalho, participou na manhã de ontem da tradicional missa de Páscoa, no Salão Negro. Celebrada por dom José Freire Falcão, cardeal-arcebispo de Brasília, a mis-

sa contou também com a participação do padre e deputado José Linhares na condução do ato religioso. O canto ficou a cargo do Coral do Senado.

Aproveitando a oportunidade da celebração, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) convidou três religiosos para fazer

uma bênção ecumênica da recém-concluída capela do Senado Federal. Participaram do ato dom José Freire Falcão; o pastor Euler de Oliveira Alves de Souza, coordenador do Grupo Ecumênico de Brasília; e o padre Emanuel Sofoulis, da Igreja Ortodoxa Grega.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Lauro Campos e João Pedro Stedile, membro da direção do MST, falam sobre o massacre em Eldorado dos Carajás  
7h30 — *Entrevista* — O sen. Antero Paes de Barros fala sobre a reserva de vagas nas universidades  
8h — *Comissão de Educação* — (gravado)  
9h — *Comissão de Infra-Estrutura* — Audiência pública com o Ministro dos Transportes Eliseu Padilha, sobre a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ao vivo)  
Logo após — *Comissão de Constituição e Justiça* —

Audiência pública com o ministro Nelson Jobim que fala sobre o voto eletrônico  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — Conselho de Ética ouve Ricardo Molina (ao vivo)  
20h30 — *Entrevista* — O sen. Antero Paes de Barros fala sobre a reserva de vagas nas universidades  
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das notícias do dia  
21h30 — *CPI do futebol* — Audiência para ouvir os procuradores Raquel Branquinho, Celso Antônio Três e Daniel Prazeres (gravado)  
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

##### Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal  
DirecTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Tecsat: canal 17  
Internet: www.senado.gov.br  
Antena Parabólica — Sistema Digital:  
• Satélite: B1  
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)  
• Polarização: Vertical  
• Frequência: 3.644,4 MHz  
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz  
• Antena: 3,6 m  
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110  
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB  
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s  
• FEC: 3/4  
Antena Parabólica — Sistema Analógico:  
• Satélite - B1  
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)  
• Polarização: Horizontal  
• Frequência — 4.130 MHz

#### RÁDIO SENADO FM

##### Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

##### Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz  
• Satélite: Brasilsat B2  
• Polarização: Vertical (RX)  
• Modo: Joint-Stereo  
• Taxa: 128 Kbps-BPSK  
• Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



A missa de Páscoa do Congresso foi celebrada pelo cardeal-arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, e também contou com a presença de servidores da Câmara e do Senado

# Comércio com o Canadá será tema de audiência

Devem participar do debate representantes do Ministério das Relações Exteriores, da Embraer e da indústria exportadora de carne. A comissão acompanhará durante 24 meses o relacionamento do Brasil com aquele país

Em sua primeira reunião de trabalho, realizada ontem, a Comissão Brasil-Canadá decidiu convidar para um debate, no dia 5 de maio, representantes do governo e das indústrias aeroespacial e de carnes, setores diretamente envolvidos nos conflitos comerciais entre os dois países.

Serão convidados para a audiência pública o vice-presidente para relações externas da Embraer, Henrique Costa Rzezinski; o diretor-executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, Ênio Marques; e o subsecretário de Assuntos de Integração do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Graça Lima.

— É preciso tratar o assunto como um estudo de caso sobre o comércio exterior brasileiro. O

caso surgido com o Canadá tem o condão de reunir questões agrícolas, como o episódio da vaca louca, e industriais, como o conflito entre as empresas Embraer e Bombardier, além de envolver barreiras tarifárias e não-tarifárias e as sanções aplicadas pelo Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial de Comércio (OMC) — afirmou, na reunião, o relator da comissão, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

De acordo com o plano de trabalho elaborado por Ornélas, a comissão, presidida pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), acompanhará o relacionamento bilateral durante 24 meses, período em que o Brasil estará sujeito a retaliações comerciais por parte do Canadá, segundo decisão da OMC, em função de alegados subsídios oferecidos pelo governo à



Waldeck Ornélas (E), relator da comissão, apresentou ontem o plano de trabalho do colegiado, que tem como presidente Roberto Freire

Embraer. A comissão deverá ainda apresentar sugestões de aperfeiçoamento da política nacional de comércio exterior.

## Moreira Mendes cobra investimento em turismo

Ao relatar, em Plenário, sua participação na 5ª Convenção Internacional de Turismo, realizada na África do Sul, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) cobrou ontem maiores investimentos públicos no turismo brasileiro, a exemplo do que ocorre naquele país. Ele viajou entre os dias 8 e 15 de abril, a convite da Federação Nacional do Turismo, na condição de representante do Senado. Moreira Mendes visitou as cidades de Johannesburg, do



Moreira Mendes: projetos para o setor estão parados

Cabo e Pretória, capital sul-africana.

— Em um passeio realizado em parque ecológico, onde avistamos leões, elefantes e girafas, pude perceber o quanto somos incompetentes por não aproveitar o potencial turístico da selva amazônica — disse.

Segundo Moreira Mendes, a África do Sul, mesmo não tendo tantas belezas naturais quanto o Brasil, investe uma soma muito maior em turismo, inclusive destinando recursos públicos a fundo perdido para a

construção de grandes hotéis. O senador queixou-se que no Brasil, além da carência de investimentos, os projetos de interesse do setor estão parados tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) observou que os brasileiros gastam mais dinheiro em viagens turísticas ao exterior do que os estrangeiros no Brasil, o que prejudica o equilíbrio do balanço de pagamentos. Segundo Tuma, no estado de São Paulo tem-se desenvolvido o turismo de negócios, associado a viagens em princípio destinadas somente a atividades empresariais.

## Matusalém discute na Amazônia emenda à MP do Código Florestal

O senador Fernando Matusalém (PPB-RO) pretende discutir em duas audiências públicas, programadas para hoje em Rio Branco (AC) e amanhã, em Ji-Paraná (RO), a adoção de regras específicas a respeito do corte de árvores nos estados que já tenham aprovado programa de zoneamento socioeconômico e ecológico.

Matusalém apresentou emenda nesse sentido ao projeto de con-

versão da medida provisória que modifica o Código Florestal. De acordo com o senador, a decisão a ser tomada pelo Congresso Nacional em relação ao código precisa observar os compromissos internacionais a respeito da proteção do clima sem prejudicar o desenvolvimento econômico da região amazônica.

— Não há sentido em travar nosso desenvolvimento enquanto os

países do Primeiro Mundo se negam a reduzir suas emissões — afirmou Matusalém, referindo-se à recente decisão do governo norte-americano de ignorar os compromissos de diminuição da produção de gás carbônico previstos no Protocolo de Kyoto.



Matusalém: preocupação com o desenvolvimento



Lúcio Alcântara ouviu da comitiva norte-americana que os Estados Unidos consideram importante a criação da Alca

## PRESIDENTE DA CAE DEBATE A ALCA COM PARLAMENTARES DOS ESTADOS UNIDOS

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), almoçou ontem com seis parlamentares norte-americanos que integram o Comitê Gestor da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A comitiva, chefiada pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores, deputado Henry Hyde, enfatizou a importância da Alca.

Segundo Hyde, em pouco tempo o Congresso norte-americano deverá dar permissão para que o Executivo negocie a implementação da Alca, o que permitirá eliminar um dos entraves atuais ao avanço das negociações. Os parlamentares americanos, que ainda visitarão a Argentina e o Chile, também estiveram em audiência com o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer.

## Macchi, não Wasmosy, é presidente do Paraguai

Em matéria publicada terça-feira, dia 17, no *Jornal do Senado*, sobre a reunião de uma delegação de parlamentares de oposição paraguaios com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), foi trocado o nome do atual presidente do Paraguai, Luis González Macchi, pelo nome do ex-presidente Juan Carlos Wasmosy. Os parlamentares são partidários do general Lino Oviedo, que se encontra preso no Brasil e aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o pedido de extradição feito pelo governo do Paraguai.

A reunião com os parlamentares paraguaios atendeu a requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR).